A linha entre trader e investidor na prática

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Para uma pessoa física, a linha é traçada pelos badges of trade e pela prática do Comptroller. A IRAS não publicou limites numéricos comparáveis ao porto seguro da Circular 36 suíça, e não espero que o faça, porque a abordagem de Singapura sempre foi conservar a discricionariedade e aplicá-la com moderação. Na prática, uma pessoa física que mantém tokens a médio prazo, negocia algumas vezes por ano e não toma empréstimos para investir será tratada como investidora sem questionamento. Os casos difíceis são o trader de varejo ativo, o fundador que recebe tokens e os vende em parcelas e a pessoa que executa uma estratégia de DeFi que gera centenas de transações on-chain por mês.

O trader de varejo ativo é o mais fácil dos três de resolver. Frequência e sistema são badges of trade, de modo que uma pessoa que realiza várias operações por dia durante um ano exerce uma atividade comercial no sentido comum, qualquer que seja o ativo. Na minha experiência, a IRAS não tem perseguido pequenos traders de varejo por ganhos com criptoativos, em parte porque as informações para isso não estavam disponíveis antes do Crypto-Asset Reporting Framework (CARF) descrito

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

no Capítulo VII desta Parte. A partir de 2027, essas informações existirão, e os clientes devem presumir que a tolerância histórica não sobreviverá à chegada dos dados.

As vendas em parcelas do fundador são mais difíceis. Um fundador que recebeu tokens no lançamento segundo um cronograma de vesting e vende uma parte a cada trimestre para custear despesas pessoais está realizando um ativo de capital em prestações. Isso vale desde que os tokens tenham sido adquiridos como remuneração de fundador ou como investimento e nunca tenham sido destinados à revenda. A analogia é o empresário que vende ao longo do tempo ações da própria empresa. O recebimento dos tokens pode, ele próprio, ter sido renda do trabalho tributável nos termos da seção 10(1)(b) no vesting (ver Capítulo VI desta Parte), o que dá aos tokens um custo de aquisição igual ao valor tributado. O ganho posterior acima dessa base é capital se a finalidade do fundador era manter os tokens.[1] Um fundador que, ao contrário, vende imediatamente em cada data de vesting, com os recursos em moeda fiduciária em poucas horas, convida à inferência de que os tokens nunca foram mantidos como investimento. O ganho ou a perda sobre o valor na data de vesting será, de qualquer forma, pequeno, porque o verdadeiro imposto está na renda do trabalho no vesting.

O estrategista de DeFi é o caso mais difícil e aquele em que a prática de Singapura está menos consolidada. Um cliente que deposita stablecoins em protocolos de empréstimo, transfere-as entre pools em busca de rendimento e colhe recompensas semanalmente gera renda com o rendimento nos termos da seção 10(1)(d) ou (g). Os ganhos com os tokens subjacentes são capital ou receita conforme o padrão global. O próprio volume de transações é um badge of trade. Minha regra de trabalho é que um cliente cuja atividade on-chain equivale a uma ocupação em tempo integral é trader em relação a toda ela. Um cliente que estaciona ativos em um pequeno número de posições e os deixa correr é um investidor que recebe rendimento tributável.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Pergunta de cliente

“Sou residente permanente em Singapura. Comprei Bitcoin em 2017 e Ether em 2019 e não vendi. Se eu vender tudo em 2026 para comprar uma casa, pago imposto?” Não. Duas compras mantidas por sete e cinco anos, vendidas uma única vez para uma finalidade pessoal, são o caso mais claro de realização de capital que o direito tributário de Singapura conhece. Convém guardar os registros de compra e os extratos da exchange. O banco que receber os recursos os pedirá em razão de suas obrigações de prevenção à lavagem de dinheiro (ver Parte L, Capítulo V). A IRAS também pode pedir que se demonstre que a venda foi a realização de um investimento mantido por longo tempo. A ausência de imposto não elimina o dever de poder provar os fatos.

Notas

1. IRAS, e-Tax Guide *Income Tax Treatment of Digital Tokens*, segunda edição, 30 de janeiro de 2026, parágrafos sobre tokens recebidos como remuneração e sobre a alienação de tokens mantidos como investimento. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.